



A Senda nos

Estudos da

Língua Portuguesa

Fabiano Tadeu Grazioli
(organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Fabiano Tadeu Grazioli
(Organizador)

A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A474 A senda nos estudos da língua portuguesa [recurso eletrônico] /
Organizador Fabiano Tadeu Grazioli. – Ponta Grossa, PR: Atena
Editora, 2019. – (A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa;
v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-492-4

DOI 10.22533/at.ed.924192407

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 2. Língua portuguesa –
Pesquisa – Brasil. I. Grazioli, Fabiano Tadeu. II. Série.

CDD 469.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A imagem do caleidoscópio pode representar de maneira satisfatória este primeiro volume de *A senda nos estudos da Língua Portuguesa*, isso porque – sendo o referido aparelho óptico formado internamente por pequenos fragmentos de vidro colorido e espelhos inclinados, que, através do reflexo da luz exterior, apresentam combinações variadas a cada movimento – os trabalhos que compõem o volume partem de diferentes veredas do âmbito das linguagens para se unirem e oferecerem um panorama diverso e complexo de estudos que, dependendo do movimento e da perspectiva de quem olha/lê, pode apresentar múltiplos caminhos (ou sendas, como bem registramos no título) que, contemporaneamente, a Língua Portuguesa percorre no âmbito das pesquisas acadêmicas.

Do lugar de que olhamos para o caleidoscópio agora, como organizadores da obra – que é a experiência de quem olha para cada fragmento de vidro colorido, cada um por sua vez –, cabe fazer alusão à temática de cada capítulo-fragmento, na tentativa de transmitir a multiplicidade de enfoques que as linguagens recebem aqui. Assim, cabe listar como temáticas dos capítulos, na ordem que aqui aparecem: o processo metaenunciativo de (re) construção de sentidos na densidade dialógica dos discursos estéticos e textuais, via enunciados parafrásicos; o ensino de língua pelo caminho do gênero textual; a linguagem jurídica em uma perspectiva linguística, para fins de melhorar a relação entre o Direito e o cidadão comum, facilitando, assim, seu acesso à Justiça; a constituição do *ethos* discursivo dos pronunciamentos presidenciais dos países lusófonos Angola e Brasil, da década de 1990, uma vez que esses dois países têm um passado em comum e trazem semelhanças resultantes das ações do período da colonização portuguesa; a reconstrução e a ressignificação da história de vida dos Candangos, primeiros moradores de Brasília, partindo da análise de um conjunto de fotografias e de entrevistas.

Na sequência, os capítulos tratam da descrição das categorias nominais gênero linguístico e número sintático em Português Europeu, em confronto com sua ausência em línguas de modalidade diferente em contacto com o Português – o Tétum e o Caboverdiano; do processo de intensificação adjetival que ocorre no português falado no Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, a partir da Gramática Funcional do Discurso, da Teoria Semântica Lexical e pelo Interculturalismo; do impacto que um trabalho com linguagem escrita, numa perspectiva sociointeracionista, tem sobre a formação de alunos com idade entre três e quatro anos (que contituiam, no momento da execuussão da proposta, uma turma de maternal II), especialmente em relação à formação de futuros leitores; da intercompreensão entre o português, o espanhol e o francês como estratégia para ensinar o português – língua não materna – a alunos franceses, em universidades francesas.

Ainda seguindo o caminho anunciado no Sumário, os capítulos seguintes

abordam: as unidades fraseológicas portuguesas corpo humano; a análise do léxico, em uma abordagem discursiva, investigando as lexias que podem ser típicas da fala do homem acreano, no contexto do romance *O Empate*, de Florentina Esteves, uma escritora acreana; os processos enunciativos e, portanto, discursivos e interacionais no uso da materialidade sincrética no *site* da escritora Angela Lago, que tem como interlocutor o público infantil; a identidade e a subjetividade do negro nos ladrões (versos improvisados) do Marabaixo, manifestação da cultura afro-amapaense, à luz de pressupostos da análise do discurso de base francesa; o tratamento e apresentação de termos de áreas científicas nos minidicionários escolares do tipo 3, desenvolvidos para alunos do Ensino Fundamental II, público que usa com frequência o referido material; o uso de operadores argumentativos na construção de enunciados de editoriais, apresentando-os como correspondentes aos lugares da retórica clássica; a educação prisional sob a ótica foucaultina.

No último apanhado de textos, encontramos um capítulo que enfatiza uma abordagem teórica sobre a definição de literatura e o seu caráter artístico e estético; a produção seguinte trata da relação entre os estudos do pensador Mikhail Bakhtin e letras das canções de Tom Zé; outro capítulo focaliza o estudo da poesia medieval, tanto das cantigas profanas, quanto das cantigas religiosas; a seção posterior realiza uma análise do episódio “Os Doze de Inglaterra”, da obra *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, tendo como ponto de partida aspectos literários e sintáticos; depois, um estudo que observa a descortesia estratégica proferida pelos personagens no romance *Meu destino é pecar*, de Nelson Rodrigues, demonstrando que as relações de interação são construídas por meio de estratégias argumentativas para atacar a imagem do interlocutor; e fecha a obra um capítulo no qual a pesquisa reflete sobre o papel do docente mediador na constatação de casos de violência contra crianças na turma sob sua responsabilidade.

Os estudos apresentados foram produzidos por pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras, como o leitor poderá perceber na abertura de cada texto. As metodologias de pesquisa também são diversas, uma vez que a multiplicidade só pode ser a marca de uma coletânea que é organizada a partir de uma chamada com abertura para o diverso.

Agora, cabe ao leitor que chegou até a obra-caleidoscópio mirá-la a partir do seu enfoque e buscar no conjunto de perspectivas que a experiência da leitura que um artefato tão diverso pode oferecer, os textos que são do seu interesse. Que a experiência da leitura seja tão interessante quanto é olhar para um ponto fixo pelo enquadramento do caleidoscópio.

Fabiano Tadeu Grazioli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DO DISCURSO ESTÉTICO E OUTROS GÊNEROS TEXTUAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM PROCESSO METAENUNCIATIVO DE MÚLTIPLAS LEITURAS	
Maria Bernardete da Nóbrega Maria das Dores Oliveira de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.9241924071	
CAPÍTULO 2	15
A DIDÁTICA DA ESCRITA NO ENSINO DE PORTUGUÊS	
Cleide Inês Wittke Jossemar de Matos Theisen	
DOI 10.22533/at.ed.9241924072	
CAPÍTULO 3	30
A SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA	
Luciana Helena Palermo de Almeida Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.9241924073	
CAPÍTULO 4	49
ANGOLA E BRASIL – PODER E DISCURSO POLÍTICO A CONSTITUIÇÃO DO ETHOS DISCURSIVO DE PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS	
Patrícia Martins Mafra	
DOI 10.22533/at.ed.9241924074	
CAPÍTULO 5	63
A FOTOGRAFIA COMO MEMÓRIA NA VIDA DOS CANDANGOS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DE BARDIN	
Rita Barreto de Sales Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9241924075	
CAPÍTULO 6	79
CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS SOBRE AS CATEGORIAS NOMINAIS E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Celda Maria Gonçalves Morgado Ana Sofia do Carmo Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9241924076	
CAPÍTULO 7	91
PROCESSOS DE SISTEMATIZAÇÃO NA SELEÇÃO LEXICAL EM PLE/PL2: A INTENSIFICAÇÃO DO ADJETIVO	
Adriana Ferreira de Sousa de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.9241924077	
CAPÍTULO 8	103
“NA PRÁTICA, A TEORIA É OUTRA”: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO DA ESCRITA EM UMA ESCOLA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
Ana Carolina Vilela-Ardenghi Adriana Sadagurschi	
DOI 10.22533/at.ed.9241924078	

CAPÍTULO 9	117
THE INTERCOMPREHENSION BETWEEN PORTUGUESE, SPANISH AND FRENCH AS A STRATEGY FOR TEACHING PORTUGUESE AS A FOREIGN LANGUAGE TO FRENCH STUDENTS AT FRENCH UNIVERSITIES	
Carolina Nogueira-François	
DOI 10.22533/at.ed.9241924079	
CAPÍTULO 10	128
UMA ABORDAGEM SINCRÔNICA E DIACRÔNICA DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS PORTUGUESAS ASSOCIADAS AO CORPO HUMANO	
Maria Auxiliadora da Fonseca Leal	
Karlla Andrea Leal Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.92419240710	
CAPÍTULO 11	141
UM ESTUDO DISCURSIVO DO LÉXICO EM <i>O EMPATE</i> , DE FLORENTINA ESTEVES	
Edilene da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.92419240711	
CAPÍTULO 12	153
OS MULTILETRAMENTOS NOS PROCESSOS ENUNCIATIVOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDO	
Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
Maria de Lourdes Rossi Remenche	
DOI 10.22533/at.ed.92419240712	
CAPÍTULO 13	165
SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE NOS LADRÕES DO MARABAIXO: CONTRIBUIÇÕES PARA ESCOLARIZAÇÃO DOS AFROSABERES AMAPEENSES	
Drieli Leide Silva Sampaio	
Fabiana Almeida Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.92419240713	
CAPÍTULO 14	178
O TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DO VOCABULÁRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO EM MINIDICIONÁRIOS ESCOLARES DO TIPO 3	
Maryelle Joelma Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92419240714	
CAPÍTULO 15	191
OPERADORES ARGUMENTATIVOS USADOS NO GÊNERO EDITORIAL ENQUANTO RECURSOS NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO PERSUASIVO	
Míriam Silveira Parreira	
DOI 10.22533/at.ed.92419240715	
CAPÍTULO 16	215
O PROJETO <i>EDUCAÇÃO PARA LIBERDADE</i> , EM CAMPOS BELOS, GOIÁS: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA	
Ronivaldo de Oliveira Rego Santos	
Luciana Nogueira da Silva	
Wanderson Luiz Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.92419240716	

CAPÍTULO 17	227
O CARÁTER ARTÍSTICO E ESTÉTICO DA LITERATURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	
Deisi Luzia Zanatta	
Fabiano Tadeu Grazioli	
DOI 10.22533/at.ed.92419240717	
CAPÍTULO 18	236
O QUE É QUE O RUSSO DE ORIOL TEM A VER COM O BAIANO DE IRARÁ?	
Celina Cassal Josetti	
DOI 10.22533/at.ed.92419240718	
CAPÍTULO 19	245
POESIA PROFANA E RELIGIOSA NA ERA MEDIEVAL	
Gláucia do Carmo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.92419240719	
CAPÍTULO 20	262
“OS LUSÍADAS”: UMA ANÁLISE DO EPISÓDIO “OS DOZE DE INGLATERRA”	
Gláucia do Carmo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.92419240720	
CAPÍTULO 21	275
PRESERVAÇÃO DA FACE E (DES)CORTESIA NO DISCURSO LITERÁRIO DO ROMANCE MEU DESTINO É PECAR, DE NELSON RODRIGUES	
Fabiana Meireles de Oliveira	
Rodrigo Leite da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92419240721	
CAPÍTULO 22	286
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ENFRENTAMENTO	
Welton Rodrigues de Souza	
Maria José de Jesus Alves Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92419240722	
SOBRE O ORGANIZADOR	297
ÍNDICE REMISSIVO	298

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ENFRENTAMENTO

Welton Rodrigues de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/ Programa de Pós-Graduação em Educação - Unidade Universitária de Paranaíba, MS, Brasil

Maria José de Jesus Alves Cordeiro

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/ Programa de Pós-Graduação em Educação - Unidade Universitária de Paranaíba, MS, Brasil

RESUMO: A violência doméstica contra criança é um tema de grande relevância na contemporaneidade e todos os profissionais que trabalham com este público, dentre estes, professores/as, tem um papel importante na realização de denúncias aos órgãos competentes. Esta pesquisa visa contribuir com a formação continuada de professores/as que atuam no Ensino Fundamental da rede pública municipal de ensino de Três Lagoas-MS, no campo da atenção aos indícios da violência e às medidas de proteção contra a criança. Para tanto, a pesquisa se configura dentro da abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso etnográfico. Será usada como instrumento para coleta de dados a entrevista semiestruturada e como público-alvo uma amostra entre 10 e 20% dos/das professores/as que atuam no Ensino Fundamental – Anos iniciais do 1º ao 5º ano,

em duas escolas da rede municipal de ensino de Três Lagoas – MS. A escolha dos sujeitos de pesquisa justifica-se pelo fato destes estarem envolvidos com a realidade das crianças que mais sofrem com a violência doméstica. Os dados coletados serão analisados via análise do conteúdo. Acredita-se que os resultados da pesquisa poderão colaborar nas políticas públicas locais de combate a violência e de maneira significativa com a formação continuada de professores/as, incluindo o papel de mediador nas mais diversas situações, dentre as quais, a constatação de casos de violência contra crianças na turma sob sua responsabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência intrafamiliar; infância e Educação; Formação docente; Direitos da criança;

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST THE CHILD AND THE ROLE OF TEACHERS IN THE CONFRONTATION

ABSTRACT: The domestic violence against children is a theme of great relevance nowadays and all the professionals that work with this public, such as teachers, have an important role in reporting these cases to the proper institutions. This research will contribute to the continued formation of teachers who work in the

Elementary teaching of the municipal public schools of Três Lagoas – MS, working on the attention to the violence traces and on the protection measures towards the children. For that, the research fits itself in the qualitative approach, being a descriptive type, in which it was used a semi-structured questionnaire as instrument for gathering the data, and a sample between 10 to 20% of the teachers who work in the Elementary Education as the target public – initial years from the 1st to the 5th year, in two schools of the municipal department of teaching in Três Lagoas – MS. The choice of the subjects of research is explained by the involvement in the reality of the children who suffer the most with domestic violence. The data collected will be analyzed through content analysis. It is believed that the results of the research can contribute to the local public policies against domestic violence and significantly with the continued formation of teachers, including the mediator role in the most diverse situations, among which, the acknowledgment of the violence cases against children in the classroom under their responsibility.

KEYWORDS: Intra-family violence; Childhood and Education; Teaching formation; Children rights.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vários estudos foram realizados na área da violência doméstica, apontando a necessidade de se refletir sobre esse assunto, a fim de garantir que os direitos da criança não sejam violados. É alarmante saber que atos de violência doméstica são práticas rotineiras em muitas famílias e, sendo a escola a segunda instituição em que a criança permanece uma boa parte de sua vida, é de suma importância realizar um estudo para averiguar como está sendo a atuação dos professores/as dos anos Iniciais do Ensino Fundamental (1^o ao 5^o ano), em duas Escolas Municipais de Três Lagoas/MS, frente aos casos detectados na escola e na sala de aula, e também investigar se existe no municípios processos de formação continuada sobre o assunto, oferecidos pela escola ou pela rede municipal de educação, e, como a escola tem lidado com estas situações (suas dificuldades e política de prevenção).

O tema devido a sua relevância, é objeto de pesquisa de mestrado, cujo objetivo é descrever a atuação profissional de professores/as dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de duas escolas do município de Três Lagoas-MS e entender como estes/as lidam com casos de violência doméstica contra a criança detectados nas salas de aula e quais as contribuições que fazem na prevenção e proteção contra essa violência.

O critério para escolha dessas escolas deu-se pelo fato do pesquisador desenvolver seu trabalho como professor de Educação Física nas duas. O levantamento de dados documentais será realizado no Conselho Tutelar do município e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), buscando

documentos que confirmem o quantitativo de casos de violência doméstica na infância, especialmente de crianças matriculadas nessas duas escolas. A análise de documentos referentes à legislação, políticas públicas e se for necessário, processos sobre o assunto é uma forma de coletar e analisar dados pertinentes aos casos de violência contra a criança no âmbito familiar, já que “[...] os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador [...]”. (LUDKE & ANDRÉ, 1986. p.39).

A pesquisa é qualitativa do tipo descritiva, pois proporciona ao pesquisador o contato direto com a situação investigada, que segundo Paulilo (1999) é um tipo de investigação que abrange a questão das crenças, representações, atitudes, opiniões e valores, objetivando aprofundar a complexidade dos fatos de indivíduos e grupos. Os estudos descritivos permite ao pesquisador entender o contexto no seu cenário natural e descrever a complexidade do comportamento humano, observar fenômenos em um pequeno grupo, descrever comportamentos e técnicas de observação da realidade, através de participação em ações do grupo, por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática para descrever as atuações sobre as situações observadas, permitindo comparar e descrever as respostas encontradas em situações adversas.(TRIVIÑOS, 1987).

Um estudo foi divulgado em 2018 pela organização social Visão Mundial¹, avaliou a percepção da sociedade brasileira sobre a violência praticada contra as crianças e os adolescentes. O resultado colocou o Brasil em primeiro lugar como o mais violento, na comparação com 13 países da América Latina, ou seja, 13% dos entrevistados enxergam que existe alto risco dessas práticas contra a criança no país. No Brasil esse tipo de violência ocorre em residências, onde crianças são vitimadas e na maioria das vezes não possuem vozes para denunciar a violência sofrida, porque são silenciadas, principalmente pelo medo e ameaças sofridas.

Dessa forma, saber identificar e agir diante dos casos suspeitos ou comprovados de violência doméstica é de grande relevância para que as crianças que geralmente confiam em seus professores/as, tenham a garantia da proteção de seus direitos. O estudo dessa temática propiciará fazer apontamentos sobre algumas maneiras como professores/as podem identificar e encaminhar os casos suspeitos de violência física e negligência familiar para os órgãos competentes, detectados em suas aulas.

A pesquisa está aprovada no Comitê de Ética com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), via Plataforma Brasil, com a devida autorização das escolas. Também foi assinado por cada docente pesquisado um Termo De Consentimento e Livre Esclarecimento – TCLE, no qual consta os objetivos da pesquisa, a importância da colaboração do grupo para o desenvolvimento do trabalho, benefícios, prejuízos e a orientação sobre a participação, bem como a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer tempo sem nenhuma sanção ou

1. <https://visaomundial.org>

prejuízo.

Os dados obtidos via questionário serão analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) e, a partir dos resultados obtidos oferecer informações e orientações que professores/as possam utilizar para garantir que as crianças tenham proteção e seus direitos preservados, pois o ato de denunciar pode salvar uma vida. Espera-se ainda tecer observações relacionadas a formação docente para o enfrentamento desta violação de direitos, bem como desenvolver atitudes cidadãs, um dever da escola e da sociedade.

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR INFANTIL

A violência é uma das questões sociais que mais causam preocupação e é abordada como um problema de saúde pública em todo o mundo. Especificamente, a Violência Intrafamiliar é aquela que se refere a todas as formas de abuso que acontecem entre os membros de uma família, caracteriza as diferenças de poder entre estes, e podem envolver a relação de abuso que incluem condutas de uma das partes em prejudicar o outro (SELDES, ZIPEROVICH, VIOTA & LEIVA, 2008).

Dentre os tipos de Violência Intrafamiliar, a infantil é definida como aquela que acontece dentro da família, no lar onde a criança convive, cometida por algum parente ou pessoas que tenham função parental, ainda que sem laço de consanguinidade, e pode ser caracterizada de formas diferentes como: física, psicológica, sexual e negligência. Geralmente é mantida por meio das relações de subordinação e dominação, é um dos principais motivos para as crianças fugirem de casa e do convívio familiar (WILLIAMS, 2004). Importante destacar os principais tipos de maus-tratos e violências que devem ser notificadas, como descritos a seguir (PIRES & MIYAZAKI, 2005).

A **Negligência** é a omissão de responsabilidade e de cuidados básicos de atendimento às necessidades físicas e emocionais prioritárias e de proteção à criança frente a situações graves que podem ser evitadas. Uma forma de negligência considerada grave é o abandono, que por sua vez retrata a ausência de um vínculo adequado dos responsáveis para com a criança. Para Gomide (2004) pais negligentes agem como espectadores e não como participantes ativos da educação dos filhos/as. Assim, esse tipo de violência é considerada a forma mais frequente de maus-tratos e inclui a negligência física, emocional e educacional.

A Negligência Física abrange a maioria dos casos de maus-tratos e caracterizam problemas como: ausência de cuidados médicos pelo não reconhecimento ou admissão por parte dos pais ou responsáveis, abandono ou expulsão da criança de casa por rejeição, ausência de alimentação, cuidados de higiene, roupas, proteção a alterações climáticas, imprudência ou desobediência às regras de trânsito, falta de medidas preventivas para evitar intoxicação exógena, supervisão inadequada (como

deixar a criança sozinha e sem cuidados por longos períodos).

A Negligência Emocional inclui ações como falta de suporte emocional, afetivo e de atenção, exposição crônica à violência doméstica, permissão para o uso de drogas e álcool (sem intervenção), permissão e encorajamento de atos delinquentes, recusa ou não procura por tratamento psicológico quando recomendado. Já a Negligência Educacional compreende; permissão para faltar às aulas, não realização da matrícula em idade escolar e recusa para matricular a criança em escola especial quando necessário (PIRES & MIYAZAKI, 2005).

A **Violência Física** pode ser praticada por parte dos pais, responsáveis, cuidadores, familiares ou pessoas próximas, assim como os outros tipos de Violência Intrafamiliar Infantil. Neste caso, a força física é usada de forma intencional, isto é, não acontece de forma acidental e tem como objetivo ferir e lesar a vítima. Na maioria das vezes este tipo de violência deixa marcas no corpo, o que possibilita seu diagnóstico. As marcas indicativas do abuso incluem hematomas, escoriações, lacerações, contusões e queimaduras. O grau de violência física pode variar consideravelmente e as agressões mais frequentes incluem tapas, beliscões, chineladas, chutes, cintadas, murros, queimaduras com brasa de cigarro, água quente e ferro elétrico, intoxicação com psicofármacos, sufocação, mutilação, espancamentos e agressões que conduzem à morte, dentre elas a Síndrome do Bebê Sacudido (SHAKEN BABY SYNDROME) uma agressão frequentemente praticada e que não deixa marcas.

A **Violência Sexual** pode ser definida como uma situação em que a criança é usada para satisfação sexual hetero ou homossexual, com base em uma relação de poder, utilizando força física, cujo agressor/a esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança, sendo que pode usar de influência psicológica, uso de armas ou drogas como formas de coerção (PIRES & MIYAZAKI, 2005). Pode ser caracterizado de duas maneiras: sem contato físico (telefonemas obscenos, exibicionismo e voyeurismo) e com contato físico (atos físico-genitais, estupro, sadismo, pornografia e prostituição infantil) (BRINO, 2006). A violência sexual pode incluir desde carícias não consentidas, manipulação de genitália, mama ou ânus, olhar perturbador e insistente, cantadas obscenas, relações sexuais com menores de 14 anos – mesmo com consentimento (ARRUDA, ZAMORA & BARKER, 2003).

A **Violência Psicológica** é considerada toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças, humilhações, agressões, chantagens, discriminação e exploração. É a prática mais difícil de ser identificada, embora ocorra com bastante frequência. Pode levar a criança a se sentir desvalorizada, ansiosa e a adoecer com facilidade. Em situações mais graves pode até levar ao suicídio (ARRUDA, ZAMORA & BARKER, 2003).

É preciso dedicar atenção e agir perante essa questão da violência doméstica, pois o que está em jogo nesse momento é a proteção da infância. Segundo Guerra

(1985, p. 90) “a violência contra a criança é uma realidade sempre presente”, por isso é necessário que a sociedade como um todo, discuta e conheça o problema e a partir disso se mobilize em torno de políticas públicas que ajudem na superação desse quadro. A violência é um fenômeno que perpassa por toda a sociedade, pois onde há relações humanas, há relações de poder e, conseqüentemente, violência.

Mendez (1994, p. 85) relata que “[...] a violência se manifesta, cresce, legitima-se e consolida-se, através das relações sociais”. Isso significa que a questão da violência tem se tornado comum nas relações sociais, apresentando grande crescimento devido ao controle, registro e disseminação dos órgãos de proteção a grupos vulneráveis. Apesar dos esforços do Estado e da sociedade na superação das mais diversas manifestações da violência, ela tem se capilarizado pelos mais diversos contextos.

Faleiros (1998) nos revela que o fenômeno da violência não é uma prática isolada, realizada pelo descontrole, pela doença, mas é desencadeada pelas relações que envolvem a cultura, a imaginação, as regras, e também o processo civilizatório de um povo. Já para Michaud (1989), a violência acontece quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, de forma maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral.

Entre as manifestações ou modalidades de violência encontramos a violência doméstica, caracterizada como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder / dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que as crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (GUERRA 1998, P. 32-33).

A **violência doméstica** também é entendida como confrontação física entre os membros da família, na qual as vítimas são encaradas como mais fracas e geralmente inocentes e onde está presente uma perspectiva de análise cósmica ou moral (GUERRA, 1985). Esse tipo de violência tem prejudicado a cada dia o pleno desenvolvimento da criança, além de transgredir seus direitos fundamentais. Este é um fenômeno muitas vezes camuflado e envolvido pelo silenciamento da própria família, que impõe barreiras ou dificuldades à detecção, registro, notificação, e tratamento.

Korc Zack e Dallari (1986) afirmam que a criança vem sendo tratada de maneira indulgente, ríspida e brutal, ou seja, a criança vem sendo tratada com total desrespeito, ao que acrescentaríamos frequentemente violentada. É pertinente lembrar o artigo 229 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2004) que estabelece que os pais têm o dever de assistir, criar e educar filhos/as. Entretanto, sabemos que os pais, embora devam dar assistência aos filhos/as, são os primeiros a violar seus direitos, sendo “as surras”, um dos instrumentos usados como meio disciplinar. Isso é uma

realidade presente, pois:

Sabe-se hoje que a criança pode ser maltratada em diferentes instituições e lugares públicos ou privados; mas é dentro de casa, em cenário familiar, que os maus-tratos são mais frequentes e perigosos [...] A realidade da família como lugar privilegiado de violência, no passado como no presente, é uma constatação que reencontramos em toda a literatura disponível. Nos dias de hoje essa conclusão é de algum modo, paradoxal: a família moderna define-se, sobretudo, como um lugar privado de afeição e de companheirismo entre os seus membros. (COSTA, 2008, p. 45).

Consta no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (2005) alerta às instituições educacionais sobre a necessidade de notificar as situações de maus-tratos tendo crianças e adolescentes como vítimas e, isso pode ser confirmado em seu art. 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (BRASIL, 2005.)

Desse modo, a instituição escolar pode ser uma parceira de grande importância na luta pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente, sendo fundamental que os profissionais de educação não se calem diante de suspeita ou de confirmações de casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Costa (2008, p. 39) ao abordar o assunto afirma:

Defendemos que professores, orientadores educacionais e diretores têm compromisso moral e ético em perceber comportamentos de seus alunos que podem ser expressão de maus-tratos e encontrar alternativas que sejam efetivas para alterar a situação dessas crianças que sofrem maus-tratos, seja em casa ou na própria escola que frequentam. Nosso não comprometimento com a violação de direitos da população infanto-juvenil nos torna cúmplices e fazendo parte do complot do silêncio que envolve a criança vitimizada.

Partindo dessa premissa, considera-se pertinente averiguar como o/a professor/a trabalha com a questão da violência doméstica no ensino fundamental, na perspectiva de avaliar o preparo dos/as docentes quanto à percepção e notificação dos casos suspeitos. É a partir da compreensão do papel desempenhado pelo/a docente nesse processo, que considera-se importante refletir sobre a sua formação a fim de analisar as implicações da mesma para a prática de garantia dos direitos da criança.

CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA INFRAFAMILIAR INFANTIL

A criança agredida em sua própria casa, local onde supostamente estaria protegida da violência, sente-se exposta a uma situação de grande desamparo. O fato de conviver com o/a agressor/a e enfrentar o pacto do silêncio que costuma envolver as pessoas mais próximas nesse tipo de situação, estilos parentais

disfuncionais ou mesmo redes de apoio ineficazes, podem ser considerados fatores de risco para a criança e apresentar consequências extremamente prejudiciais ao seu desenvolvimento e ao seu ambiente social a curto e a longo prazo (GARBIN, QUEIROZ, COSTA & GARBIN, 2010; GALLO & WILLIAMS, 2008).

Os efeitos da exposição à Violência Intrafamiliar Infantil podem ser observados nas funções cognitivas e emocionais, na dinâmica escolar e social (PEREIRA, SANTOS & WILLIAMS, 2009). Os sintomas mais frequentes são: falta de motivação, isolamento, ansiedade, comportamento agressivo, depressão, baixo desempenho e evasão escolar, dificuldade de aprendizagem, pouco aproveitamento, repetência e necessidade de educação especial (BRANCALHONE, FOGO & WILLIAMS, 2004). Os prejuízos podem surgir como danos imediatos: pesadelos repetitivos, raiva, culpa, vergonha, medo do/a agressor/a e de pessoa do mesmo sexo que este/a, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, queixas psicossomáticas, isolamento social e sentimentos de estigmatização.

Podem também ocorrer como danos tardios: aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida, fobias mais agudas, níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa, cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo e confusão, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade, redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais (DAY et.al., 2003).

De acordo com Sidman (1989/2003):

Em casa, o abuso físico e verbal pode, realmente, manter filhos e esposos subservientes. Pais podem expressar desprazer com crianças e esposos uns com os outros, batendo neles ou isolando-os, retirando posses e privilégios, ou deixando de se comunicar. Quaisquer destas punições tornarão a ofensa menos provável de ocorrer novamente. Mas todas estas formas de coerção familiar tornam o lar um local do qual fugir. Dentre as consequências deste tipo de relação serão encontrados divórcio, abandono, doença mental e suicídio. (p. 18,19)

Andery e Sérgio (1997) afirmam que violência é sinônimo de coerção, embora seja discutível igualar violência ao termo coerção, porque nem toda coerção é um exemplo de violência. O termo coerção é utilizado como a presença de controle aversivo nas interações entre os homens e a natureza. Controle aversivo envolve punição, reforçamento negativo (fuga e esquiva) e privações socialmente impostas (SIDMAN, 1989/2003), fatores que se encontram presentes em contextos de Violência Intrafamiliar Infantil.

A violência contra crianças e adolescentes que ocorre no país, tem cada vez mais repercussão na mídia, no entanto, muitos casos continuam na invisibilidade, pois nem todos são notificados por meio de denúncias (PIRES & MIYAZAKI, 2005). A dificuldade envolvida em realizar as denúncias torna o contexto ainda mais arriscado, uma vez que a criança continua sendo exposta ao/a agressor/a. Por esse motivo, a violência pode demorar a ser caracterizada e prolongar-se por muito tempo. Para

combater a Violência Intrafamiliar Infantil, primeiramente é necessário identificá-la, denunciá-la e conhecer também quais são os direitos da criança.

Assim, se torna mais evidente a necessidade de um trabalho interdisciplinar, em que vários profissionais, incluindo professores, médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, no exercício de suas atividades, estejam envolvidos com o atendimento e a defesa dos direitos da criança e suas violações. A atuação desses profissionais é fundamental na identificação e prevenção da violência contra criança, pois pode determinar o seu rompimento, impedir que muitos casos continuem acontecendo e interromper o ciclo deste tipo de abuso (ACIOLI et.al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, logo, não se tem ainda dados e análises concluídas, mas estudos iniciais apontam para uma dificuldade de comunicação entre os/as professores/as e as instituições responsáveis por garantir e preservar os direitos da criança e do adolescente. Com base nos estudos iniciais já realizados, percebe-se a necessidade de articulação de vários segmentos da sociedade para o desenvolvimento de estratégias de identificação precoce dos casos de maus-tratos e ações práticas (legais, pedagógicas, assistenciais, etc), visando impedir a (re)produção de violência doméstica contra a criança.

Contudo, já se pode afirmar que para o enfrentamento desse problema, é imprescindível conhecer suas especificidades características dos/as agressores/as, fatores predisponentes e as condições familiares dos/das envolvidos/as para que seja possível o delineamento de ações eficazes de prevenção às vítimas, incluindo a formação docente, inicial e continuada, bem como ações educativas, orientativas e preventivas para todas as pessoas que atuam no contexto escolar e também voltadas para as crianças, adolescentes, familiares e comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, R. M. L.; LIMA, M. L. C., BRAGA, M. C., PIMENTEL, F. C. & CASTRO, S. G. (2011). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: identificação, manejo e conhecimento da rede de referência por fonoaudiólogo em serviços públicos de saúde. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.*[online]. vol.11, n.1, pp. 21-28.

ANDERY, M.A.P.A. & SÉRIO, T.M.A.P. (1997). A violência urbana: aplica-se a análise da coerção? Em R.A. Banaco (Org.), *Sobre Comportamento e cognição*. Santo André: ARByes.

ARRUDA, S., ZAMORA & M. H., BARKER, G. Org. (2003). *Projeto Fortalecendo Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes. Cuidar sem Violência, Todo Mundo Pode. Guia Prático para Famílias e Comunidades*. 108 pp.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011

- BRANCALHONE, P.G., FOGO, J.C. & WILLIAMS, L.C.A. (2004). Crianças expostas a violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia:teoria e pesquisa*, 20 (2), 113-117.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Brasília: 2004. _____ . Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de Julho de 1990. 6.^a edição. Brasília: 2005.
- BRINO, R. F. (2006). Professores como agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Avaliação de um Programa de Capacitação. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos.
- COSTA, Silvia Regina da Silva. Concepções e Práticas de Profissionais de Educação sobre os Maus-Tratos contra Crianças. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, Presidente Prudente, 2008.
- DAY, V. P., TELLES, L. E. B., ZORATTO, P. H., AZAMBUJA, M. R. F., MACHADO, D. A., SILVEIRA, M. B., DEBIAGGI, M. Reis, M. G., CARDOSO, R. G. & BLANK, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul [online]*. vol.25, suppl.1, pp. 9-21.
- FALEIROS, Vicente. Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. Brasília, Anais do IX Congresso Nacional de Assistentes Sociais, 1998.
- GALLO, A. E. & WILLIAMS, L.C.A. (2008). A Escola como Fator de Proteção à Conduta Infracional de Adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*.38 (13), 41-59.
- GARBIN, C. A. S.; QUEIROZ, A. P. D. G.; COSTA, A. A. & Garbin, N. A. J.(2010). Formação e atitude dos professores de educação infantil sobre violência familiar contra criança. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 207-216. Editora UFPR.
- GOMIDE, P.I.C. (2004). Pais presentes, pais ausentes: regras e limites. Petrópolis:Vozes.
- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 1998.
- KORCZAC, Janusz; DALLARI, Dalmo de Abreu. O Direito da criança ao respeito. São Paulo: Sumus, 1986. (novas buscas em educação, v 28) (tradução Yan Michalski)
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: E.P.U, 1986.
- MENDEZ, Emílio Garcia. Das infâncias e das violências. In: COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Mendes, Emílio Garcia. Das necessidades aos direitos. Série Direito da Criança 4. São Paulo: Malheiros Editores LTDA. Apoio UNICEF, 1994.
- MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Ática, 1989.
- PAULILO, Maria Ângela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.
- PEREIRA, P. C., SANTOS, A.B. & WILLIAMS, L.C.A.(2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 25(1), 19-28.
- PIRES, A. L. D. & MIYAZAKI, M. C. O. S. (2005) Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão

da literatura para profissionais da saúde. ArqCiênc e Saúde. jan-mar.

SELDES, J. J.; Ziperovich, V.; VIOTA, A. & LEIVA, F. (2008) Maltrato infantil: Experiencia de un abordaje interdisciplinario. [online]. vol.106, n.6, pp. 499-504.

SIDMAN, M. (1989/2003). Coerção e suas implicações. Tradução e M. A. Andery & T.M. Sério. Campinas: Editora Livro Pleno.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WILLIAMS, L.C.A. (2004). Violência e suas diferentes representações. Em G.C. Solfa (Org.). Gerando cidadania: Reflexões, propostas e construções práticas sobre direitos da criança e do adolescente. (pp. 141-153). São Carlos: Rima.

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO TADEU GRAZIOLI é Doutor e Mestre em Letras pela na Universidade de Passo Fundo/RS (UPF). Especialista em Metodologia do Ensino da Literatura e Licenciado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Professor do Departamento de Ciências Humanas da URI, da Faculdade Anglicana de Erechim/RS (FAE) e do Colégio Franciscano São José. Coordenou o segmento de Literatura Infantil e Juvenil da Habilis Press Editora por cinco anos. Contemplado com a Bolsa FUNARTE de Produção Crítica sobre Conteúdos Artísticos em Mídias Digitais/Internet - Edição 2009, a partir da qual desenvolveu a pesquisa *Leitura e fruição na tela: um olhar crítico em direção à ciberpoesia*. Contemplado com a Bolsa FUNARTE de Circulação Literária - Edição 2010, com a qual desenvolveu o projeto *Leitura dramática: revelando a dramaturgia brasileira para jovens leitores e suas comunidades*. Contemplado com a Bolsa Biblioteca Nacional/FUNARTE de Circulação Literária - Edição 2012, a partir da qual desenvolveu o projeto *Dramaturgia e jovens leitores: encontros necessários nos territórios da cidadania*. Autor de *Teatro de se ler: o texto teatral e a formação do leitor* (Ediupf), que teve sua segunda edição em 2019. Organizou, entre outras, as obras: *Teatro infantil: história, leitura e propostas* (Positivo), sobre dramaturgia para crianças e jovens, que recebeu o Prêmio de Melhor Livro Teórico 2016 (Produção 2015), e, no mesmo ano, o Selo Altamente Recomendável – Livro Teórico, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ); e com Rosemar Eurico Coenga, *Literatura de recepção infantil e juvenil: modos de emancipar* (Habilis Press), que recebeu o Prêmio de Melhor Livro Teórico 2019 (Produção 2018), e, no mesmo ano, o Selo Altamente Recomendável – Livro Teórico, da FNLIJ.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do discurso 165

C

Crônica 15

D

Diacronia 128

Dicionários escolares 178, 190

Discurso 6, 1, 46, 49, 51, 60, 61, 62, 91, 92, 93, 141, 142, 143, 144, 165

E

Educação infantil 103, 109, 115

Efeitos de Sentido 49

Ensino 7, 10, 15, 28, 29, 46, 87, 89, 169, 178, 179, 183, 186, 209, 215, 224, 225, 245, 286, 287, 297

Ensino de língua 29, 178

Escrita 15

F

Fotografia 8, 63, 65, 66, 77

Fraseologia 128, 130, 139

G

Gênero Textual 15

H

História Oral 63, 66, 76

I

Identidade 165

J

Juridiquês 30, 37

Justiça 6, 8, 30, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 200, 208, 215, 219, 220, 221, 225, 226

L

Lexicografia 178, 179, 180, 181, 182, 190

Linguagem escrita 103

Linguagem jurídica 30, 46, 47, 48

Linguagem oral 103, 110

Literatura 103, 106, 141, 230, 235, 236, 239, 245, 246, 261, 274, 297

Lusofonia 49

M

Memória 8, 62, 63, 65, 66

Multiletramentos 153

P

Português 6, 15, 37, 46, 48, 79, 80, 81, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 102, 117, 118, 126, 128, 130, 131, 140, 165, 180, 215, 285, 297

Português para estrangeiros 126

Práticas de leitura 153

S

Semiótica 153, 158, 160, 163, 164

Sequência Didática 15

Sincronia 128

Subjetividade 165, 226

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-492-4



9 788572 474924